

(Pro)Posições e notas para/ sobre a produção de inovação em Linguística

RESUMO

Roberto Leiser Baronas

baronas@uol.com.br

orcid.org/0000-0003-0758-0370

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil. CNPq-FEsTA.

Tamires Bonani Conti

tbonaniconi@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil. Fapesp-LEEDIM.

Uma simples pesquisa em buscadores como o Google nos mostra o significativo número de ocorrências do substantivo inovação, especialmente relacionado ao âmbito científico. Considerando esse fato, este texto tem como objetivo iniciar e incitar um questionamento sobre o lugar da Linguística e, conseqüentemente, das Ciências Humanas e Sociais, dentro do atual discurso de produção e inovação científica. A reflexão sobre o tema, não exaustivo ou presunçoso, tem como base preponderante os estudos sobre linguagem e moral, da Paveau (2015).

PALAVRAS-CHAVE: Inovação. Linguagem. Moral. Linguística.

INTRODUÇÃO: PRÉ-ANTE PRIMEIRAS PALAVRAS

Antes de entrar nessa ordem camicase do discurso, confesso que frequentemente ao parar para pensar nas minhas pesquisas, várias vezes, completamente subjetivado por esse discurso mavioso, quase um canto de sereia, aventei a possibilidade de me inserir no verdadeiro científico da época e produzir inovação no meu trabalho. Cheguei inclusive a procurar um colega da UFSCar da área da computação, o Estevam Rafael Hruschka Júnior, para juntos elaborarmos um projeto de Inovação Tecnológica e construirmos um aplicativo de celular, que seria distribuído gratuitamente para realizar uma espécie de “tradução” da língua de madeira, presente nos exames médicos. À época esse dispositivo não existia. Com esse aplicativo, os pacientes não precisariam mais voltar aos consultórios médicos para que estes decifrassem os resultados dos exames. O próprio paciente por meio do aplicativo faria a leitura dos seus índices. Para minha sorte (ou azar??), o colega que é uma referência mundial na área da computação, dado que é um dos mentores do projeto *Never-Ending Language Lerner* (NELL)¹, não tinha agenda disponível para trabalharmos juntos e o projeto acabou ficando para as calendas gregas, ou quem sabe para encarnações futuras.

PRIMEIRAS PALAVRAS: O DISCURSO MORAL DA INOVAÇÃO

O substantivo feminino inovação é um desses termos que está em alta no mercado linguístico brasileiro há pelo menos uma década e meia. Uma procura no *site* de buscas do Google apresenta pelo menos 29.500.000 ocorrências, batendo de longe, por exemplo, o termo “pós-verdade”, eleito pela *Oxford Dictionaries* como a palavra do ano em 2016². Só esse dado nos mostra a pertinência de estudá-lo no âmbito da linguagem. Ele está presente desde matérias jornalísticas que apresentam equipamentos lançados recentemente em uma feira em São Paulo, buscando trazer mais qualidade de vida para as pessoas com deficiência (FEIRA EM SP..., 2010), passando pela designação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC do governo brasileiro e até designa uma lei, a saber, a Lei de Inovação, publicada no Diário Oficial da União em 2004 (BRASIL, 2004).

Figura 1 - Desafio da Agência de Inovação da UFSCar



Fonte: Agência de Inovação da UFSCar (DESAFIO..., 2018)

A Figura 1, referindo-se a um desafio lançado recentemente pela Agência de Inovação da UFSCar, cujo objetivo é “levar efetivamente à sociedade os avanços tecnológicos resultantes de seus estudos, pesquisas, esforços acadêmicos e empreendimentos”, constitui-se numa representação metonímica de como a inovação está muito bem cotada também no mercado linguístico acadêmico nacional, especialmente nas ciências exatas, nas da saúde, nas sociais aplicadas, da terra e tecnológicas.

Todavia, no campo das humanidades, o que significa inovar? Uma pesquisa no campo da história que objetiva compreender o papel das mulheres na Grécia Antiga, pode ser considerada uma inovação? Nessa mesma fonte, o trabalho dos filólogos que buscam, por exemplo, editar manuscritos em português dos Séculos XVIII e XIX com o objetivo de explicitar a história, a cultura e a língua da época, pode ser considerado uma inovação? Ou mesmo o trabalho de pesquisa que busca discutir a origem e evolução da linguagem: um dos capítulos presentes no livro recentemente organizado por José Luiz Fiorin (2017), pela Martins Fontes, cujo título é justamente “Novos Caminhos da Linguística”, pode ser entendido como inovação?

Creio que na melhor das hipóteses interpretativas, esses trabalhos investigativos cheirariam para as outras áreas e para a sociedade em geral algo semelhante a uma velha-velharia. Falo em melhor das hipóteses, visto que em 13 de junho passado, o jornal Gazeta do Povo, do Paraná, publicou uma matéria do jornalista Gabriel de Arruda Castro (2017), intitulada “Dez monografias incomuns bancadas com dinheiro público” – Dissertações de mestrado e teses de doutorado de universidades públicas incluem estudos sobre o funkeiro Mr. Catra e o vlogueiro Felipe Neto. Nessa matéria diz o autor:

O ambiente universitário, por definição, deve ser um espaço aberto à criatividade e à inovação. Toda forma de conhecimento é válida. Por outro lado, algumas teses desenvolvidas por alunos de mestrado e doutorado em universidades públicas brasileiras são difíceis de explicar ao contribuinte, que arca com todas as despesas. A opção por temas pouco ortodoxos, especialmente nos cursos de ciências humanas e sociais, talvez ajude a explicar por que o Brasil nunca recebeu um prêmio Nobel – ao contrário de Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, México, Costa Rica, Peru e Guatemala [...].

A afirmação do jornalista atribuindo “a opção por temas pouco ortodoxos, especialmente nos cursos de ciências humanas e sociais”, como fator que explicaria as razões pelas quais, diferentemente dos nossos colegas latino-americanos, nunca recebemos um prêmio Nobel, apresenta-se como um bom indício de que, por um lado, para boa parcela da população brasileira, mesmo entendendo que “o ambiente universitário, por definição, deve ser um espaço aberto à criatividade e à inovação (e que) toda forma de conhecimento é válida”, o que fazemos nas humanidades não é ciência e, por outro, que, por mais paradoxal que possa parecer, existe todo um discurso moral sobre o fazer científico. A asserção “toda forma de conhecimento é válida” é reveladora de que existe latente na nossa sociedade não apenas uma ordem epistêmica, mas também uma dimensão moral do fazer científico.

No que tange especificamente à linguística, talvez pudéssemos começar a destrinchar essas questões acessando a apresentação do número 34 da Revista da Anpoll, publicada em 2013, cuja temática foi justamente “Pensar e produzir

inovação em Linguística”. A esse respeito, diz a editora da revista, Profa. Rosângela Hammes Rodrigues (2013, sem paginação):

Na 26ª assembleia da ANPOLL, realizada em 8 de julho de 2011 na Universidade Federal Fluminense, decidiu-se que o tema da revista da ANPOLL para o número 34 seria ‘Pensar e produzir inovação em Linguística’, que era o tema do biênio da ANPOLL na época. As discussões em torno dessa temática durante o XVII Encontro Nacional da ANPOLL, realizado em julho de 2012, foi um prenúncio do que ocorreria durante o tempo de submissão de textos para esse número da revista: como nós do campo da linguagem nos situamos diante do discurso atual sobre a produção de inovação na ciência? Embora possamos ressignificar o que seja inovação na nossa área, considerando justamente a pluridiscursividade da linguagem, para assim também entendê-la como produção de novas metodologias ou novos conhecimentos, é inegável que o discurso dominante hoje do que seja inovação está ligado ao campo da tecnologia e da economia. Eis uma das dificuldades para nossa área dialogar com esse discurso. Essa dificuldade reverberou na submissão de artigos: foram poucos os artigos submetidos e aprovados que tratavam de inovação, o que fez com que o período de submissão fosse prorrogado durante um bom tempo, já dentro dos limites para se fechar a edição de Linguística deste ano. Ainda assim, não obtivemos textos aprovados sobre a temática em número mínimo para compor a edição. Assim, tínhamos duas alternativas: convidar pesquisadores para tratar sobre o tema ou submeter a pareceristas os artigos recebidos que não se encaixavam na temática. Optamos pela segunda via, porque consideramos que convidar pesquisadores para falar sobre o tema seria apagar esse não-dito, e que textualizar a pouca manifestação da nossa área sobre ‘Pensar e produzir inovação em Linguística’ é significativo.

Embora a editora assevere competentemente sobre as dificuldades de se pensar a questão da produção de inovação na área de linguística e, mesmo partindo do princípio da pluridiscursividade da linguagem, para também entendê-la como produção de novas metodologias ou novos conhecimentos, a questão do que é inovar nessa área permanece totalmente em aberto. Com certeza, não é a mesma coisa do que inovar nas ciências exatas, nas saúde, nas sociais aplicadas, nas da terra e nas tecnológicas. Essas áreas, salvo engano, compreendem de maneira bastante pragmática, pouco opaca, o que é inovar: “introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços.” (BRASIL, 2004).

Nós da linguística ainda carecemos de um renhido trabalho epistemológico para dar conta da opacidade e dos efeitos de sentido desse conceito. Kátia Menezes de Souza (2013), no artigo “A noção de enunciado em Michel Foucault: onde dizer é produzir inovação”, publicado no mesmo número 34 da Revista da Anpoll, nos ajuda nesse percurso de melhor compreender os discursos da necessidade de produzir inovação científica. Segundo a autora (SOUZA, 2013, p. 125-126),

Quando se trata de produção de materiais de consumo, de processos financeiros, administrativos, de prestação de serviços, as pesquisas demandam conhecimentos de áreas já reconhecidas como produtoras de estudos e materiais, que garantam a majoração da

eficiência do produto na vida prática da sociedade. Os conhecimentos elaborados e utilizados nas Ciências Biológicas e Exatas são inquestionavelmente reconhecidos e fundamentadores da existência de motivações visíveis para os avanços tecnológicos e econômicos de um país. Atuam no plano da visibilidade. Contudo, áreas como as das Ciências Humanas e Artes, geralmente, se apagam quando o assunto da pesquisa requer discussões que envolvam a inovação. Pensar a inovação na área de Letras, Linguística e Literatura, parece ser impossível, diante da definição que coloca a inovação como responsável pela eficiência dos produtos e processos, pela economia de recursos, pela competitividade do mercado e pelo crescimento econômico. No entanto, pode-se argumentar que esses resultados esperados com as técnicas de inovação não seriam alcançáveis fora das práticas discursivas e que elas se desenvolvem, em todas as etapas do processo, por meio daquilo que é dizível. Há que se considerar, também, o plano do enunciável.

Concordo com Souza (2013, p. 126) quando assevera que “os resultados esperados com as técnicas de inovação não seriam alcançáveis fora das práticas discursivas e que elas se desenvolvem, em todas as etapas do processo, por meio daquilo que é dizível. Há que se considerar, também, o plano do enunciável”. Em outras palavras, não dá para pensar a inovação fora das práticas discursivas que a constituem, considerando também o que pode e deve ser dito enquanto discurso da produção de inovação. Entendo, no entanto, que além e aquém das práticas e dos controles dos discursos, há uma valoração desses discursos na nossa sociedade, que autoriza a circulação dos bons discursos e a penalização dos maus discursos. Nesse sentido, defendo a ideia-força que deveríamos compreendê-los como fazendo parte da emergência de mais um metadiscurso moral na nossa sociedade, sobretudo, no que tange ao fazer científico.

No caso em questão, trata-se de um discurso moral sobre o discurso do fazer científico que interpela os indivíduos a se subjetivarem e a entrarem nessa ordem. Falo em discurso moral, pois se os indivíduos não entrarem nessa ordem do enunciável, nesse verdadeiro da época, seus discursos não serão considerados virtuosos, isto é, não estarão ajustados aos agentes, à memória discursiva e ao mundo. Serão discursos passíveis de penalização, visto que o seu conhecimento não fará o mundo melhor, conforme nos interpela o *slogan* do Desafio de Inovação da UFSCar. Com efeito, entendo que precisamos estudar a dimensão moral dos discursos da produção de inovação, não só as práticas discursivas que os constituem e os seus princípios de controle e rarefação.

Em seu livro *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*, Marie-Anne Paveau (2015) busca integrar o parâmetro ético na linguística. Parâmetro que, embora fiel parceiro/a da linguagem, por questões de objetividade científica, foi completamente deixado à deriva tanto no estruturalismo e no gerativismo quanto em alguns domínios do funcionalismo. Para incorporar tal parâmetro em seu trabalho, a autora discute, por um lado, a ética do discurso acadêmico: os problemas de deformação das teorias, roubo de ideias e requalificação ou atribuição errônea de conceitos³; e, por outro, a ética da fala⁴: um dispositivo moral relativamente à língua e aos discursos, cujas análises, embasadas numa espécie de linguística popular, são abundantes em juízos axiológicos, que identificam os enunciados como bons ou ruins. Para dar conta da dimensão moral dos enunciados, Paveau (2015) propõe uma filosofia do discurso

ou uma linguística simétrica, que diferentemente das escolas estruturalistas e formalistas, bem como de domínios como a sociolinguística, a pragmática ou a retórica, não propõe uma separação estanque entre o que é da ordem do sistêmico ou da competência dos falantes e o que é da ordem do contexto, mas, sim, uma integração dessas ordens, a partir da análise da dimensão moral dos discursos.

No conjunto de usuários de uma língua, tomada nos contextos culturais, históricos e sociais, realmente existem critérios para a produção discursiva. Não se trata somente de critérios de gramaticalidade ou agramaticalidade das sentenças como pensava Noam Chomsky (1957) em seu livro *Syntactic Structures* e nem só de princípios de controle e rarefação dos discursos, como pensava Foucault (2012), em seu livro-programa *A ordem do discurso*, mas é preciso levar em consideração que as sociedades possuem codificações éticas das práticas languageiras, que distinguem os bons e os maus discursos. Falar bem ou mal dos discursos é uma prática onipresente em todas as sociedades. Em outros termos, na nossa sociedade a produção e a circulação de discursos também é determinada por critérios éticos. São esses critérios que vão designar um discurso como virtuoso ou não. Assim, no entendimento de Paveau (2015, p. 132):

As éticas discursivas baseiam-se em deontologias, ou seja, em sistemas de normas que regulam o comportamento dos indivíduos de maneira externa, na forma de sistemas de direitos e deveres. Isso ocorre em especial com os sistemas de penalização da fala que se desenvolvem atualmente nas sociedades ocidentais com a forma de leis que condenam afirmações racistas, sexistas, contestações de genocídio ou de crime contra a humanidade. [...] As normas regulamentam as práticas languageiras a partir de fora, em virtude de princípios postos acima da produção verbal.

Nesse sentido, para Marie-Anne Paveau (2015) as nossas falas são reguladas por três tipos de sistemas normativos: as normas religiosas; as normas jurídicas e as normas sociais e sociopolíticas. No caso do primeiro sistema, são punidas as blasfêmias e as mentiras; no caso do segundo, são punidas as manifestações que ferem os direitos humanos; a lei de imprensa e os discursos que atentam contra a ordem pública e à defesa nacional e, no caso do último sistema, são punidos os discursos politicamente incorretos e os de violência verbal. Cada um desses sistemas estabelece um tipo de punição específica para o delito verbal cometido. Por exemplo, no âmbito das normas religiosas, em 1994, no dia da Padroeira do Brasil, o Evangélico Sérgio Von Helde, então bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, chutou em um programa evangélico da TV Record uma pequena estátua de Nossa Senhora Aparecida. As imagens do chute se espalharam rapidamente por diversos dispositivos. Por conta de o seu ato ter sido considerado uma blasfêmia a um dos símbolos sagrados do catolicismo brasileiro, Von Helde foi execrado publicamente e demitido da sua função de Bispo.

No âmbito do jurídico a punição se dá de maneira distinta. Por exemplo, em 2012, o Ministério Público Federal de Minas Gerais impetrou uma ação contra as Editoras que publicam o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, por considerar que este dicionário, em relação ao verbete *cigano*, ao registrar sentidos como "aquele que trapaceia; velhaco, burlador", agredia de maneira injustificável o patrimônio moral da nação cigana. As editoras foram obrigadas, sob pena de

pagarem uma multa de R\$ 200.000,00, a retirar os sentidos pejorativos atribuídos à palavra cigano.

No âmbito das normas sócio-políticas, especificamente, no tocante ao politicamente correto, há ainda um outro tipo de punição. Por exemplo, no último dia 26, por ser acusada de transmitir mensagem racista (KELLOGG'S..., 2017), após denúncia do escritor de ficção Saladin Hahmed, a empresa de alimentos Kellogg's decidiu mudar a ilustração que estava presente na embalagem de um de seus produtos. Nessa embalagem, havia uma ilustração que trazia vários personagens em formato de milho com cores claras se divertindo, enquanto o único em cor escura era o faxineiro. A repercussão foi tão negativa nas redes sociais que o porta-voz da marca, em um comunicado ao portal USA Today, Kris Charles pediu publicamente desculpas dizendo que a Kellogg's respeita todas as pessoas e está comprometida com a diversidade: "Lidamos com o *feedback* seriamente e nunca foi nossa intenção ofender qualquer pessoa".

Os exemplos arrolados nos mostram que em nossa sociedade funcionam mecanismos de penalização das falas. Esses mecanismos são sustentados pelos mais diversos dispositivos morais. No caso das normas religiosas, temos as bíblias, os catecismos, as missas, os cultos, as orações, os mandamentos, as reuniões, entre outros. No caso das normas jurídicas, temos a declaração universal dos direitos humanos, a lei de imprensa, os códigos penais, entre outros. E, no caso das normas sociais, temos os manuais de polidez, do politicamente correto, de etiqueta, de bons modos, entre outros. Todos esses dispositivos sustentam os metadiscursos morais que autorizam o que e quem pode e quando deve dizer na nossa sociedade. É preciso considerar, no entanto, que esses mecanismos, por serem construções sócio-históricas, possuem uma certa plasticidade⁵, isto é, além de mudarem com o tempo, numa mesma época, não são o consenso entre os membros de uma determinada comunidade.

No tocante ao discurso científico, por ser um dos discursos constituintes, funcionam outros critérios de penalização. A título de exemplo, a Editora Parábola traduziu o livro "Bakhtin desmascarado: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo", de autoria de Jean-Paul Bronckart e Cristian Bota (2015). Segundo os autores, a razão de ser dessa obra baseia-se no fato de que:

A tese da onipaternidade bakhtiniana constitui uma fábula à qual uma criança de 10 anos não teria concedido crédito e se inscreve no quadro de uma fraude intelectual e talvez, sobretudo, financeira, na medida em que, em suas versões russas e na imensa maioria de suas traduções, as obras de Volóshinov e de Medvedev continuam a ser publicadas sob o nome de Bakhtin. [...] em benefício dos legatários universais de Bakhtin. Depois de um curto período de ceticismo e de hesitação, essa fábula foi aceita e avalizada por um número crescente de especialistas em literatura. E essa adesão provocou, durante várias décadas, um delírio interpretativo. No decorrer da última década, contudo, foram publicados vários trabalhos que levaram à completa reabilitação de Volóshinov e de Medvedev: é nas obras de Volóshinov e de Medvedev que foi desenvolvido o conjunto de temas que suscitou o interesse dos especialistas em literatura: a genericidade 'ampliada', o dialogismo, a atitude responsivo-ativa, a polifonia etc.

A asserção de Bronckart e Bota (2015) de que “algumas publicações de textos de arquivo e entrevistas com o próprio Bakhtin lançadas em finais do século XX demonstraram: [que] Bakhtin mentiu a respeito dos fatos de sua vida, falsificou e plagiou textos”, nos mostra que o critério de penalização no discurso científico não é da mesma natureza dos sistemas normativos anteriormente descritos e, sim, o que pesa para esse discurso é o critério da verdade objetiva. Nesse sentido, para Marie-Anne Paveau (2015, p. 279) diz que:

Haveria, então, uma naturalidade linguageira e discursiva da verdade, que poderia fazer parte das teses naturalistas sobre o conhecimento e a moral. Dessa perspectiva, considera-se cada vez mais seriamente a ideia de que nossos estados mentais nos forneceria visadas e, em especial no campo do conhecimento, uma visada de verdade. Em outras palavras, só posso acreditar que aquilo que sei ser é verdadeiro, e o contrário é ao mesmo tempo contraintuitivo e não natural. Da mesma maneira, seria possível dizer que o sistema da língua impele ‘naturalmente’ os agentes a dizerem a verdade, pois existe uma correspondência entre verdade e asserção. A questão da verdade aqui não é da alçada da lógica, mas da relação que a língua parece ter com o sentimento de verdade dos falantes.

É preciso dizer, todavia, que no que tange ao discurso científico atual, para além e aquém de dizer a verdade, esse tipo de discurso tem de ser inovador, garantindo a majoração da eficiência do produto na vida prática da sociedade. No caso da ciência linguística, a não ser em domínios bastante específicos, tais requisitos de validação do discurso são praticamente inatingíveis. Com efeito, é preciso pensar em outros critérios de validação dos discursos, que não só o da inovação, do contrário corremos o sério risco de

[...] deslegitimar as ciências [linguísticas e, por extensão, as demais ciências] humanas como campo de pesquisa, como produtoras de saberes relevantes para os desenvolvimentos humano e social [...] forjando-se a noção de que são os saberes técnicos aqueles que constituiriam as ciências e, o que é pior para o Brasil, contribuiriam para avanços sociais. (MIZHARI, 2017, p. 01).

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Ao discutirmos a necessidade de se pensar o discurso da produção da inovação em linguística enquanto um discurso moral, cujos efeitos nefastos podem ser a subalternização ainda maior das humanidades enquanto ciências produtoras de saberes relevantes para a sociedade, não significa de forma alguma fazer uma leitura às avessas do aforisma nietzschiano “não existem fatos, apenas interpretações”, tal como tem sido feita por alguns estudiosos, isto é, “como se fosse a legitimação para os estados de “tanto faz” ou de “liberou geral” reinantes, pois onde não há fatos, nada é verdade”. (FEITOSA, 2017, p. 01). Trata-se, sim, de reiterar o sentido de que não existem verdades imutáveis, perenes, mas que precisam ser constantemente discutidas e tematizadas. Finalizo aqui esta minha intervenção e abro para as sugestões e críticas. Em relação a essas últimas, encarecidamente peço a vossa indulgência, uma vez que quem enuncia é um pretense estudioso de filosofia do discurso.

Propositions and notes for/ on the production of innovation in Linguistics

ABSTRACT

The intervention had positive results as the final evaluation revealed: the participants highlighted the benefits of the project, in particular, the levels of physical and psychological well-being, the augment of the quality of their relationships with others and the occurrence of new apprenticeships. This project reiterated the importance of social and cultural activities regarding the elderly's learning processes, welfare and quality of life. A simple search in search engines like Google shows us the significant number of occurrences of the noun innovation, especially related to the scientific scope. Considering this fact, this text aims to initiate and incite a questioning about the place of Linguistics and, consequently, of the Human and Social Sciences, within the current discourse of scientific production and innovation. The reflection on the subject, not exhaustive or presumptuous, has as its preponderant base the studies on language and moral (PAVEAU, 2015).

KEYWORDS: Innovation. Language. Moral. Linguistics.

NOTAS

¹ O Never-Ending Language Learner (NELL) é um projeto baseado na inteligência artificial, desenvolvido por meio de uma parceria entre o Departamento de Computação (DC) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Carnegie Mellon University, dos Estados Unidos. O objetivo do projeto é adquirir conhecimento continuamente e ter autonomia para revisar e ampliar seu banco de informações e conhecimentos a partir de novas descobertas, além de associar conceitos que aumentam sua capacidade de lidar com novas informações e melhoram (autonomamente) sua capacidade de aprender. O projeto do NELL foi iniciado em 2008, e depois de dois anos o sistema entrou em funcionamento como o pioneiro no processo autônomo de aquisição de conhecimentos no âmbito do aprendizado de máquina.

² A palavra “pós-verdade” aparece 12.400.000 no site de buscas Google.

³ Um bom exemplo do que Paveau entende como ética do discurso acadêmico, especialmente no que tange à atribuição errônea de conceitos, pode ser encontrado na apresentação da tradução do livro *Materialidades Discursivas*. Esse livro resultado de um colóquio realizado em abril de 1980, na Universidade Paris X, Nanterre, na França traz um conjunto de textos de linguistas, historiadores, psicanalistas e discursivistas que buscam discutir entre outras questões o que é lidar com a materialidade discursiva? Nessa apresentação, a organizadora da tradução Eni Orlandi critica a aplicação epistemologicamente problemática que tem sido feita por muitos discursivistas brasileiros no tocante ao conceito de materialidade discursiva. “A noção de materialidade discursiva é uma dessas noções que têm tido seu uso banalizado [...]. Na maior parte das vezes, chamam de materialidade - por exemplo: ‘a materialidade que vou analisar são textos encontrados no jornal x’ – o que já está categorizado nas disciplinas de linguagem, em geral, como ‘corpus’, em algumas como ‘objeto de análise’. Mas certamente não cabe chamar isso de ‘materialidade’”.

⁴ Um exemplo lapidar do que Paveau entende por ética da fala pode ser discutido a partir da declaração do então diretor de futebol do Internacional de Porto Alegre, Fernando Carvalho, acerca do adiamento da última rodada do campeonato brasileiro de 2016, por ocasião da queda do aviação que levava a delegação da Chapecoense para a Colômbia. Disse Carvalho: “Além do sentimento, além da consternação que nossos jogadores estão tomados, que a maioria deles se relacionava com os atletas. Hoje deu para ver na reunião que nós fizemos para dispensar do treinamento. Retomaremos amanhã. Temos nossa tragédia particular, que é fugir do rebaixamento...” Essa fala circulou nas redes sociais e provocou a ira dos torcedores brasileiros. A repercussão pelo uso indevido da palavra tragédia pelo dirigente colorado foi tamanha que Carvalho teve de vir a público se retratar: “Usei um termo equivocado. Usei indevidamente a palavra tragédia. Não é tragédia. O que aconteceu com a Chapecoense foi uma tragédia que não tem volta. No Inter, mesmo que a gente não consiga reverter, a vida vai seguir...”

⁵ No início de outubro deste ano, a marca Dove deu a circular em sua página do Facebook um anúncio de sabonete líquido – body wash. Neste anúncio, um gif que durava alguns segundos, apareciam três mulheres em sequência: uma negra e duas brancas. Cada uma das modelos tirava a camiseta transformando-se em outra. A primeiro modelo, que era negra, ao tirar a camiseta, transforma-se em

branca, produzindo um efeito de narrativa: um antes e um depois. Essa transformação da modelo negra em branca foi interpretada por diversos atores sociais como fazendo remissão à uma fórmula racista presente em publicidades de sabonetes e outros cosméticos no passado, em que a pessoa negra “suja”, torna-se branca ao se limpar. Por ser considerada racista, a publicidade gerou muita polêmica, o que fez com que a empresa removesse esse anúncio poucos dias depois. Todavia, se voltarmos no tempo, não mais do que quatro dezenas de anos, constataremos que publicidades similares não causaram a mesma polêmica, evidenciando a plasticidade dos critérios que são aplicados pelos atores sociais na penalização dos discursos. Outro exemplo que mostra a plasticidade dos critérios de penalização dos discursos pode ser visto na determinação da suspensão da regra do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que prevê nota zero para quem escrever algo contrário aos direitos humanos na prova de redação. Essa determinação se deu no dia 26 passado por ordem do desembargador Carlos Moreira Alves, da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em atendimento à uma solicitação do Movimento Escola Sem Partido.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 09 abr. 2018.
- BRONCKART, J-P.; BOTA, C. **Bakhtin desmascarado**: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2015.
- CONEIN, B. *et al.* **Materialidades discursivas**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- CHOMSKY, N. Syntactic Structures. [Paris]: Mouton & Co, 1957.
- DESAFIO Ufscar de inovação e empreendedorismo. 2017. Disponível em: <<https://inovaufscar.wixsite.com/desafioufscar>>. Acesso em: 09 abr. 2018.
- FEIRA EM SP traz inovação a serviço do bem-estar e da inclusão social. 21 out. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/feira-em-sp-traz-inovacao-servico-do-bem-estar-e-da-inclusao-social.html>>. Acesso em: 09 abr. 2018.
- FIORIN, J. L. **Novos caminhos da Linguística**. São Paulo, SP: Contexto, 2017.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2012.

CASTRO, G. A. **Dez monografias incomuns bancadas com dinheiro público**. 13 Jun. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/dez-monografias-incomuns-bancadas-com-dinheiro-publico-a8q52qvze7py9r8qavfieakyl>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

FEITOSA, C. Pós-Verdade e política. **Revista Cult**, 19 jul. 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/pos-verdade-e-politica/>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

KELLOGG'S muda embalagem de produto após ser acusada de racismo. **Estadão Conteúdo**, 26 out 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/kelloggs-muda-embalagem-de-produto-apos-ser-acusada-de-racismo/>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

MAINGUENEAU, D. Analisando discursos constituintes. Tradução de Nelson Barros da Costa. **Revista do GELNE**, v. 2, n. 2, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9331/6685>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

MIZHARI, M. Autora de tese de doutorado sobre Mr. Catra critica pensamento "elitista e preconceituoso". **Gazeta do Povo**, 17 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/autora-de-tese-de-doutorado-sobre-mr-catra-critica-pensamento-elitista-e-preconceituoso-9jxaz85j3uucblcipuyve3r5j>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral**: uma ética das virtudes discursivas. Trad. de Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

RODRIGUES, R. H. Apresentação. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, n. 34, p. 17-50, Jan./Jun. 2013.

SOUZA, K. M. A noção de enunciado em Michel Foucault: onde dizer é produzir inovação. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, n. 34, p. 123-157, Jan./Jun. 2013. Disponível em: <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/684/705>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

Recebido: 06 jun. 2018.

Aprovado: 03 jul. 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.3895/etr.v1n1.8388>.

Como citar:

BARONAS, R. L.; CONTI, T. C. B. (Pro)Posições e notas para/sobre a produção de inovação em Linguística. **Ens. Technol. R.**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/etr/article/view/8388>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Roberto Leiser Baronas

Rua Prof. Samuel Moura, número 350, ap. 1004, Londrina, Paraná, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

